

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DESENVOLVIMENTO CRÍTICO, REFLEXIVO E ATIVO DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosayna Frota Bazhuni¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico com a participação das famílias, dos profissionais e da comunidade escolar e local. A partir desta temática, surge a seguinte indagação: como se pode construir coletivamente uma escola que estimule o envolvimento ativo dos atores envolvidos no contexto escolar, para que a partir da apropriação teórica sobre a prática, se possa realizar um fazer pedagógico diferenciado e contextualizado com a realidade das crianças da Educação Infantil? Essa a reflexão leva o repensar sobre a prática pedagógica no âmbito escolar, levando os profissionais a compreensão do que é e deve ser ensinado e desenvolvido com essas crianças no cotidiano e nos momentos de exploração. Entretanto, conclui-se que a qualidade na educação infantil depende de uma gestão escolar centrada em práticas democráticas, dando lugar a construção de um PPP centrado na infância e dando vez a uma prática educacional transformadora.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Educação Infantil; Gestão Escolar; Práticas Democráticas.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil para meninas e meninos de 0 a 6 anos, tornou-se o primeiro passo para uma aprendizagem cada vez mais complexa, que é o início da vida escolar. Esta iniciação deve ser uma experiência rica, que permita favorecer seu desenvolvimento integral e como sujeito autônomo de sua aprendizagem.

¹ Graduada em Pedagogia nas Faculdades Integradas Cruzeiro do Sul- São Paulo, pós-graduada em Administração, Supervisão e Orientação Escolar pela Universidade Plínio Leite. E-mail do autor: rbazhuni@hotmail.com. Prof. Orientador: Luciana Mialich Scadelai-

Há muitos atores envolvidos nesse processo. Os papéis de cada um foram definidos pelos sistemas educacionais e instituições responsáveis pela prestação deste serviço em todos os seus níveis. Dada a variedade de orientações pedagógicas, as diferentes características e necessidades culturais de famílias e comunidades, existem diferentes instituições educacionais, tão diversas como crianças que nela estudam.

No entanto, essa diversidade levanta questões de como essas escolas teriam uma prática educativa que lhes permitissem promover os direitos fundamentais que toda criança tem, em todos os lugares devem ser salvaguardadas e ter uma educação de qualidade.

Essa preocupação leva a reflexão sobre como a proteção dos direitos básicos se torna uma prática na sala de aula, buscando compreender o que é e deve ser ensinado e desenvolvido com as essas crianças no dia a dia, na vida rotineira nos momentos de interação. Portanto, a questão que deve ser levantada é sobre o significado que o termo "qualidade" se constitui nas diferentes noções e práticas na educação infantil.

Certamente todos devem concordar que a palavra qualidade em si desperta bastante subjetividade e o seu significado pode ser polissêmico. Então, o que cada escola deve fazer para promover uma educação de qualidade?

Hoje, as famílias estão à procura de uma escola que abrigue seus filhos e ofereçam certas características que acham apropriadas ou excelentes. Mas cada escola provavelmente tem sua própria noção do que deve oferecer e o seu valor educativo.

Por tudo isso, do ponto de vista da gestão escolar, é importante estabelecer um Projeto Político Pedagógico que permita um acordo entre todos os participantes do processo educativo sobre a qualidade da instituição educacional.

No presente estudo pretende-se abordar os pressupostos que fundamentam a construção do Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil.

Através de uma revisão de literatura buscou-se atingir o objetivo proposto, respaldando-se em teorias e argumentos de alguns autores especializados no tema, como por exemplo: Zabalza (1998), Rau (2012), Abramowicz (2014), entre outros que contribuíram criticamente para a reflexão do assunto.

2. DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas, a educação sofreu sucessivas ações de sucateamento em termos de política educacional, investimento econômico e perspectiva cultural de formação, tendo a médio e em longo prazo, reflexos em um projeto de sociedade democrático e promotor da autonomia intelectual dos alunos.

É de interesse social o fato de que, quando se fala de qualidade na educação infantil, refere-se precisamente ao que é essencial na escola. Isso provavelmente não é apenas sobre a questão da qualidade, mas sobre as qualidades: dos professores, estrutura escolar, dos líderes e gestores, da participação dos pais, em resumo de toda a comunidade educacional. Ao ver de Zabalza (1998, p. 32) a qualidade, “pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mais sim algo que vai sendo alcançado”.

Na verdade, falar de qualidade tem um significado particular quando se refere à educação inicial, direcionando-se sua atenção para elucidar o que deve abranger este estágio educacional. O foco na qualidade relação íntima com a atenção e ser sensível às características e ao potencial das crianças. Trata-se de olhar para elas concentrar-se nelas. Trata-se de ver não apenas o "que", mas o "como". Nesse sentido, Zabalza (1998, p.267) destaca:

Assim como em muitos e outros aspectos do planejamento do ensino, também na organização do espaço é preciso que o professor(a) tenha uma atitude de observação que o mantenha informado da influência que o projeto do ambiente está exercendo sobre a conduta das crianças e sobre a sua aprendizagem (...).

A qualidade é construída através da incorporação de inovações visando novas expectativas geradas em relação ao atendimento de crianças pequenas. A qualidade, pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mais sim algo que vai sendo alcançado. Segundo Zabalza (1998, p. 32), “a qualidade é algo dinâmico (por isso faz-se mais alusão às condições culturais das escolas do que aos seus elementos estruturais), algo que se constrói dia a dia e de maneira permanente”.

No entanto, como pesquisadores de qualidade em educação enfatizam que a busca pela qualidade não é um processo linear de adição de recursos. Não se trata de ver quais são os traços das escolas de qualidade e tentar incorporá-los. Os processos de melhoria operam de forma muito menos linear e muito mais sujeitos à

fatores situacionais. Desta forma.

A busca da qualidade do atendimento envolve questões amplas ligadas às políticas públicas, às decisões de ordem orçamentária, à implantação de políticas de recursos humanos, ao estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento, para as quais este Referencial pretende dar sua contribuição. (BRASIL, 1998, p.14).

A percepção que se faz necessária é constituir uma escola em que a prática pedagógica precisa ser estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos os grupos; de forma igualitária, discutida e assumida a partir de documentos legais nacionais e internacionais². Não deixando de considerar, portanto, a Educação Infantil no Brasil, parte inicial da Educação Básica³ e discutida na BCNN (Base Comum Curricular Nacional). Dessa maneira, “cabe à escola buscar formas de ensino que considerem a criticidade, a construção da cidadania, formando, assim, crianças com pensamento reflexivo e transformador da sua própria realidade social” (RAU, 2012, p. 200).

Hoje, a gestão democrática escolar é assegurada como um dos princípios e finalidades da educação amparada pela Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso VI) e também pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB - art. 3º, inciso VIII). Esse princípio constitucional foi assegurado por diversos movimentos sociais, que surgiram durante a década de 1980 para defender a educação pública, gratuita e de qualidade. Na concepção de Rossi (2004) o papel desafiador da escola é o de construir um projeto emancipatório, transformador, que valorize a cultura e identidade da comunidade local, superando uma visão meramente burocrática, reguladora e disciplinar do PPP (Projeto Político-Pedagógico).

Há tempos, quando o PPP era mencionado, logo vinha à mente a ideia de um documento composto por muitas folhas de papel impressas. Na verdade, esse imaginário, foi socialmente construído pelo simples desconhecimento de seu caráter participativo ou por ausência do entendimento de um ideário de projeto coletivo. A

² A Constituição Federal de 1988 (1988), a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

³ A educação infantil no Brasil é considerada atualmente a primeira etapa da educação básica. Sabe-se que atualmente, o interesse pela pesquisa nesta área é grande, visto a complexidade da formação da criança na faixa de 0 a 5 anos. É necessário que o profissional da Educação Infantil deva ter um preparo especial, pois na infância exige-se um domínio de conhecimentos necessários para o trabalho pedagógico com uma criança pequena.

discussão que antes se limitava à definição de conteúdos, objetivos, atividades e metodologias estabelecidos por faixa etária, ampliou-se,

(...) articulando-se com a discussão sobre aspectos referentes a organização, funcionamento e relações que criam o conjunto de fatores essenciais para a viabilização da prática pedagógica em uma instituição educativa. A esse todos mais abrangente costuma-se denominar “Proposta Pedagógica” ou “Projeto Político Pedagógico”, e, hoje, não se pode tratar o currículo de forma isolada, uma vez que ele é um dos elementos integrantes desse conjunto maior (FARIA & DIAS, 2007, p. 20).

O registro do PPP no papel é fundamental para garantir a memória do trabalho pedagógico das instituições de educação infantil⁴ e das instituições escolares de forma global. Mas este deve ser vivo e dinâmico, configurando-se em um instrumento pedagógico que orienta o trabalho educativo para proporcionar aos educandos e a todos os envolvidos na educação escolar o comprometimento com uma formação cidadã. Destaca-se como princípio fundamental é que,

todas as crianças precisam de serviços adaptados às suas experiências e necessidades específicas. Esse é também o caso de crianças pertencentes a grupos étnicos, minoritários e daquelas oriundas de famílias mais pobres. Para a maioria das crianças, a inscrição num espaço de atendimento à primeira infância representa um primeiro passo na sociedade. Isso se apresenta como um espelho que reflete como a sociedade as enxerga, e, assim, como elas devem ser, uma vez que é apenas num contexto de igualdade e diferença que a identidade pode ser construída (ABRAMOWICZ & VANDENBROECK, 2014, p. 15).

Deve-se conceber a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressando suas ideias livremente, participando ativamente das ações de ensino e se desenvolvendo como cidadãos. Respeitando suas diferenças e (re)conhecendo o seu potencial diante do processo educativo, buscando a participação coletiva e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Na concepção de Abramowicz & Vandembroeck (2014, p. 09),

Na educação infantil, deve-se considerar a diferença como tema central e finalidade de uma prática e teoria educativa. Esse deve ser um esforço de não fazer da diferença uma palavra de ordem, que esvaziaria toda a potência e a diferença que produz. Deve-se utilizar a proposta da diferença sem hierarquias, sem normas e sem modelos, e que atue a fim de evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão.

⁴ Na Educação Infantil o PPP ganha uma compreensão de significado tal qual como a busca “de organização do trabalho de cuidar e educar crianças de 0 até 6 anos, em creches e pré-escolas, complementando a ação da família e da comunidade (FARIA & DIAS, 2007, p. 20).

O PPP é o instrumento, que por excelência, tem por objetivo melhor desenvolver o plano de trabalho eleito e definido por um coletivo escolar; ele reflete a singularidade do grupo que o edificou, suas escolhas e especificidades. De acordo com Faria & Dias (2007, p. 20):

O Projeto Político Pedagógico pode ser definido como um processo de busca de construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho de cada instituição educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos. Assim, são compartilhados desejos, crenças, valores, concepções, que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriedade, suas metas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações.

A etimologia do termo Projeto Político Pedagógico permite visualizar com clareza o que se propõe no ambiente escolar enquanto política social. A palavra projeto é oriunda do latim *projicere* que significa prever, projetar o futuro, lançar-se para frente; é um plano, intento, desígnio. Empreendimento. Plano geral de edificação. Por sua vez, a palavra *político* mostra a globalidade que se deseja desenvolver com esse projeto, político representa a escolha de prioridades de cidadania em função de demandas sociais e envolve sucessivas discussões e decisões, pois o exercício de ações está sempre permeado de relações que envolvem debates, sugestões, opiniões. O termo *pedagógico*, por sua vez, implica situações específicas do campo educacional, por tratar de questões referentes à prática docente, do ensino-aprendizagem, da atuação e participação dos pais nesse contexto educativo. Enfim, de todas as ações que expressam o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino. Ao ver de Freire (2001), para uma educação progressista e coerente, torna-se necessário ensino dos conteúdos estará sempre associado a uma “leitura crítica” da realidade. Para ele,

Ensina-se a pensar certo através do ensino dos conteúdos. Nem o ensino dos conteúdos em si, ou quase em si, como se o contexto escolar em que são tratados pudesse ser reduzido a um espaço neutro em que os conflitos sociais não se manifestassem, nem o exercício do “pensar certo” desligado do ensino dos conteúdos (...) enquanto numa prática educativa conservadora competente se busca, ao ensinar os conteúdos, ocultar a razão de ser de um sem-número de problemas sociais, numa prática educativa progressista, competente também, se procura, ao ensinar os conteúdos, desocultar a razão de ser daqueles problemas. A primeira procura acomodar, adaptar os educandos ao mundo dado; a segunda, inquietar os educandos, desafiando-os para que percebam que o mundo dado é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformado, reinventado (...). (FREIRE, 2001, p.29-30).

Considerando que o Projeto Político Pedagógico define o currículo da instituição de educação infantil, ele é por definição o documento de identidade da instituição escolar. O currículo tem sido uma preocupação bastante antiga no meio educacional brasileiro. Por isso, “antes mesmo de a Educação Infantil ocupar o lugar de destaque atual, os educadores já definiram como prioridade o que ensinar, para que ensinar, como ensinar e quando ensinar” (FARIA & DIAS, 2007, p. 20).

O PPP, além de ser primordial em uma gestão democrática, é de suma importância na consolidação de um currículo para a educação infantil⁵, visto que esta etapa da educação básica possui uma especificidade, que é a de valorizar a infância. Nesta fase, é imprescindível uma série de cuidados e de práticas educativas que valorizem e reconheçam as demandas desde a primeira infância. Nesse sentido, ao ver de

Desta forma, é importante que na elaboração do PPP seja garantida a participação coletiva, incluindo os profissionais, as famílias, as crianças e a comunidade em geral como determina o art. 14 da LDB. Sua elaboração não deve ser vista como apenas como um ato burocrático para que seja atendida uma exigência legal, e sim como uma possibilidade de atuação da escola, de uma forma dinâmica e construtiva. Consequentemente pode-se entender o Projeto Político Pedagógico como uma ação intencional e o resultado de um projeto coletivo que busca delinear metas comuns para transformar e intervir na realidade escolar.

É notório que o ordenamento jurídico pátrio⁶ impõe às escolas a necessidade de desenvolver um PPP adequado ao currículo e a sua identidade pedagógica. Uma escola que deseja ser inclusiva deve ter um projeto que contemple ações e programas que objetivem tal finalidade, de acordo com as especificidades locais. A exigência legal do PPP consta na LDBEN 9394/96 (art. 12) que define entre outras atribuições da escola, a tarefa de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

⁵ As instituições de Educação Infantil, ao se organizarem para a elaboração de suas propostas, não podem perder de vista a história que as constituiu, com todos os seus acúmulos, avanços e dificuldades, como também deixar de considerar as normas emanadas do poder público, fruto de uma história de lutas e reivindicações de diferentes grupos da sociedade civil organizada. As determinações legais necessitam ser avaliadas, nesse momento, como conquistas do reconhecimento da Educação em nosso país (FARIA & DIAS, 2007, p. 22).

⁶ A Constituição Federal prevê em seu artigo 206 o princípio a Gestão Democrática que é o âmago do PP, sendo confirmado pela LDBEN no art. 14 (...) os sistemas de ensino definirão normas da gestão democrática no ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola (...). Outra legislação que corrobora é o ECA (Lei 8.069/90), em seu artigo 53, onde diz que (...) é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O Projeto Político Pedagógico compreende a escola de forma global em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. Essa é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir sua primazia estratégica, a converter as prioridades em metas educacionais e concretizá-las. Assim como decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

Esse documento é a essência do trabalho escolar, é algo que está em construção permanente acerca do trabalho desenvolvido, possibilitando reflexões sobre possíveis caminhos que podem ser traçados, tendo por base todos os atores envolvidos no processo educativo. Diante deste cenário, o Projeto Político Pedagógico é "mais do que o simples agrupamento de planos de ensino e atividades; é algo construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos no processo educativo" (CARTAXO, 2013, p. 160).

Ao elaborar o PPP, deve-se ter em mente os preceitos da gestão democrática que sugere a participação de todo o corpo docente, pois a contribuição do professor é essencial para que os alunos aprendam a ter interesse pelas atividades escolares. Contribuindo para o aumento da autoestima e da autoconfiança necessário para encarar os desafios diários, considerando sempre o conhecimento prévio dos educandos de forma a favorecer uma aprendizagem significativa.

Diante disso, é indispensável que o educador tenha o domínio das etapas do desenvolvimento infantil, sabendo abordá-los adequadamente em sala de aula, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, como algo potencializador dos conteúdos trabalhados e como ferramenta interdisciplinar. Desta forma,

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (BRASIL, 1998, p.41).

Nesse sentido, é importante que a escola acolha todos os indivíduos de forma a tornar-se efetivamente um lugar para todos. Esse processo não é simples como se

pensa, antes de tudo, se constitui em sofisticada leitura, tornando-se necessário e urgente o investimento profissional em numa época que se desafia a ampliação da práxis educativa de forma que atenda verdadeiramente a todos os alunos. Considerando o Projeto Político Pedagógico como algo de constructo coletivo, deve-se considerar “que os professores, os diretores, os funcionários, os alunos e os pais são os sujeitos que participam da elaboração desse projeto, é necessário que eles definam coletivamente quais são as finalidades da escola” (CARTAXO, 2013, p. 162).

É importante que no PPP seja mencionado ao se buscar traçar estratégias de ensino adequadas a diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem, de forma a contribuir para o desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos no processo. Ou seja, indivíduos com aptidões específicas, de diferentes origens socioeconômicas, de diferentes origens regionais e de contextos culturais distintos, com aportes educacionais e intelectuais igualmente distintas entre si, poderão beneficiar-se de estratégias didático-metodológicas heterogêneas específicas pautadas na equidade.

Afinal, o âmbito escolar é um espaço cada da vez mais pluralizado, devendo ser também, cada vez mais democrático. Visto que tem como propósito garantir a todos a educação necessária para o pleno uso de seus direitos. Por este motivo, não se pode supor que exista apenas uma única forma de ensinar nem tampouco uma única forma de aprender. Ao refletir sobre o trabalho pedagógico e o planejamento de um currículo estimulante e dinamizador do processo de ensino na Educação Infantil, observa-se que,

(...) o professor deve considerar que durante sua prática vai se deparar com uma enorme diversidade cultural, que a criança irá aprender e se desenvolver no meio dessa diversidade e que isso tudo interferirá em seus interesses e suas necessidades, exigindo do professor constante atualização. Também se faz necessário ter clareza na definição de objetivos, na elaboração de recursos e na redefinição do planejamento. Nesse sentido, a proposta pedagógica deve considerar a criança como um ser histórico e social (RAU, 2012, p. 199).

Conseqüentemente, a escola cada vez mais deverá responder a demanda da ampliação das relações sociais, fazendo com que os alunos, desenvolvam atitudes e princípios para o seu integral desenvolvimento em relação ao meio sociocultural do qual pertencem.

É necessário também que a escola transmita um ambiente acolhedor que estimule a criatividade, autonomia, segurança e confiança da criança proporcionando um ambiente onde ela possa se sentir valorizada e estimulada a aprender. Nessa construção é fundamental que o professor vise sempre os "direitos, necessidades e interesses das crianças, procurando ouvi-las sempre e cada vez mais e estando atento a todas as suas formas de manifestação, em todos os momentos do seu cotidiano, buscando conhecê-las melhor" (FARIA & DIAS, 2007, p. 36).

2.1. A intervenção no PPP sob a ótica da Educação Infantil

O desenvolvimento infantil se dá em um processo criado pela própria criança a partir das interações que vivencia. É impossível não pensar, como sugerem Kramer; Nunes & Carvalho (2016, p. 86) nos desafios da educação infantil, concebendo:

(...) este espaço como um lugar socialmente construído, onde as manifestações, as expressões e os pontos de vistas das crianças serão valorizados, onde estas serão reconhecidas com especificidades próprias. Considerando que os espaços exprimem marca de cultural, é importante conhecer as narrativas dos textos legais sobre como concebem os espaços para o brincar e a brincadeira.

Desta maneira, torna-se fundamental a utilização de atividades interativas e pedagógicas mediadas pelo educador, que contribuam para o seu desenvolvimento infantil, através de recursos que propiciem o uso da imaginação, da criatividade para o pleno desenvolvimento da oralidade, do pensamento crítico, auxiliando na construção da identidade do educando. Seja na esfera pessoal ou cultural, melhorando seu aspecto afetivo, relacionamento interpessoal e abrindo espaço para novas aprendizagens nas diversas possibilidades escolares, pelo seu caráter motivador sobre a criança. Ao ver de Faria & Dias (2007, p. 36), os professores “devem conhecer diferentes formas de trabalho, para que possa selecionar as mais adequadas ao seu grupo de crianças e a cada situação, possibilitando dinamizar o currículo”.

Para que se consiga êxito em uma escola infantil de qualidade, um PPP não pode ser um documento burocrático, ou seja, a sua confecção não deve ser vista apenas como uma norma/lei a se cumprir por conta da legislação. Deve ser um projeto dinâmico que organiza a vida da escola, utilizado para ação e reflexão do

fazer pedagógico, sempre interligado às necessidades e possibilidades da escola onde se encontra, visando a melhoria da qualidade em relação à educação e aos cuidados das crianças. No desenvolvimento do trabalho,

(...) é muito importante que sejam consideradas as formas privilegiadas das crianças aprenderem e se desenvolverem, de acordo com suas possibilidades e especificidades em cada momento de seu processo de formação humana. É importante ainda que as crianças sejam sempre instigadas em sua curiosidade e em seu desejo de aprender e agir sobre o mundo, estabelecendo uma relação prazerosa com o conhecimento, que passa a ter sentido e significado para elas (FARIA & DIAS, 2007, p. 36).

A Escola Infantil⁷, pelas suas peculiaridades interage e participa com a sociedade de uma forma mais dinâmica, pois para grande parte da sociedade, que se preocupa com os cuidados com seus filhos, esta etapa é a principal no desenvolvimento. A construção coletiva da organização escolar deve ser vista como meta emancipatória. Ao considerar a criança como um agente ativo de seu desenvolvimento, o docente realiza um papel de mediador e estimulador da aprendizagem. Desta forma,

Pensando em um modelo de formação e intervenção, as atividades dos professores das creches ficam no centro da ação, da reflexão e da transformação do fazer educativo. O ponto de partida são as práticas cotidianas considerando a história de cada lugar, o que permite que a ação educativa seja pensada e projetada. A metodologia do trabalho inclui avaliação, no sentido de conhecer o impacto, as conquistas e as necessidades do programa e das creches. A base dessa ação, e sua mais importante aposta, é a crença de que os saberes são conquistados quando os atores têm acesso ao conhecimento, as práticas sociais e culturais e à reflexão partilhada. Receber formação de qualidade e repensar as práticas nas instituições é, nesse sentido, direito dos profissionais e das crianças (KRAMER; NUNES & CARVALHO, 2016, p.24).

São importantes a implementação de estudos e de ações que enfoquem a educação e as necessidades educacionais dos estudantes, bem como informações à comunidade escolar sobre as necessidades peculiares e a busca de estratégias que propiciem o aprendizado e o pleno alcance das potencialidades dos alunos, e quando necessário, de debates envolvendo todos os atores do processo educativo: educadores, funcionários das escolas, alunos e seus familiares.

⁷ No Brasil, a educação infantil é direito de todos, sendo oferecida em creches (para criança de zero a três anos) e pré-escolas ou escolas (para crianças de quatro a seis anos), mas há diferenças nas condições de acesso e frequência, nos tipos de equipamentos existentes, na formação de docentes, tanto entre as creches e as pré-escolas quanto entre a educação infantil e o ensino fundamental. O ingresso da educação infantil nos sistemas de ensino tem implicações nas demais etapas, para as quais é preciso repensar concepções, rever práticas e adequar posições com base nas novas relações estabelecidas (KRAMER; NUNES & CARVALHO, 2016, p. 33).

Nas práticas realizadas em sala de aula, percebe-se que o docente possui certa dificuldade em preparar conteúdos que sejam significativos e que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de aprendizagem. Além disso, é primordial que as aulas sejam dinâmicas e interessantes, permeadas da ludicidade que chamem a atenção do aluno, o que irá contribuir para motivação e desejo na aquisição do conhecimento.

Não existe um modelo pronto e acabado para que se possa seguir frente aos desafios de ensinar para crianças da Educação infantil, porém há muitas possibilidades de trabalho em sala de aula para que o professor enriqueça sua metodologia e obtenha êxito.

A ideia é que o docente deva propor ao aluno atividades desafiadoras e estimulantes, para que o discente se envolva com os diferentes temas das disciplinas. Muitas práticas pedagógicas tradicionais devem ser revistas, para que a criatividade, a motivação e a curiosidade sejam despertadas nas aulas. Para isso, o professor deve estar motivado para que atue como um facilitador. Não se deve esquecer, que a educação infantil constituída hoje é,

(...) síntese de uma longa trajetória na qual foi necessário romper com o princípio meramente assistencialista de atendimento à criança. Hoje, busca-se atender a esse indivíduo tendo como princípio a intencionalidade pedagógica, que não descarta, porém, o atendimento aos cuidados de que tal criança precisa (CARTAXO, 2013, p. 189).

É importante propor atividades dentro das fases de desenvolvimento que as crianças se encontram cabendo a cada educador observar os progressos. Os momentos de aprendizagem devem ser favorecidos, através de estratégias de ensino que deem oportunidade a criança a desenvolver a motivação e o desejo de envolver-se na situação de aprendizagem, que ocorre passo a passo.

A escola é entendida, dentro da comunidade escolar, como o primeiro espaço de aprendizado, onde se inicia a interação com outras crianças aprendendo a trabalhar em grupo e com sentido de responsabilidade e organização. Entretanto,

Ao contrário do que era feito há tempos, quando a criança era vista como uma pessoa sem vez e sem voz, passiva, hoje ela é vista como um sujeito reflexivo, capaz de socializa-se, criar, expressar-se. Essa concepção de sujeito é recorrente nas propostas pedagógicas, na fala dos professores que dizem organizar sua prática pedagógica com base nesse pressuposto (CARTAXO, 2013, p. 172).

O papel da família é primordial na escola, porém, conhecer as características

de cada uma e, por conseguinte cada criança, a fim de que suas necessidades sejam atendidas, num ambiente acolhedor para a expor suas ideias, através de críticas ou sugestões, que devam ser respeitadas e ouvidas para que assim se sintam atuantes dentro do espaço escolar.

Desta forma, quanto mais as famílias estiverem atuantes e ativas com a escola mais fácil e com menos entraves, será o processo educativo da criança.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se dizer que o estudo se debruçou em pesquisar literaturas para fundamentar a prática pedagógica, com esforço redobrado em esclarecer os desafios que estavam impostos, pois o objetivo maior era realizar um trabalho baseado na teoria dos Projetos.

Esta revisão mostrou como é importante garantir voz e vez para os pequenos no fortalecimento e defesa do lúdico em toda a proposta pedagógica já que realizamos a pesquisa com a plena participação das mesmas através de histórias contadas, imagens, desenhos e entrevistas.

As crianças necessitam de afeto, adoram as histórias contadas e recontadas, querem os pais na escola e a garantia de que poderão brincar todos os dias com seus super-heróis, fadas e brinquedos preferidos.

Os pais de tais crianças, por sua vez, esperam o pleno desenvolvimento de seus filhos, apreciam a leitura, mas geralmente não tem tempo para fazê-la com os pequenos no ambiente familiar.

Esperam que a escola atenda aos seus desejos e encaminhem os seus filhos num projeto de letramento, mas desconhecem as etapas do processo. Cobrando da instituição escolar que as crianças sejam preparadas para ler letras e números (alfabetização), quando se sabe que, inicialmente, a criança precisa ler o mundo, dar significado as palavras e ao seu mundo imaginativo.

Para tanto deve haver o estabelecimento de uma prática escolar pautada na construção coletiva e para atender a demanda da comunidade. Certamente, a escola tem uma grande responsabilidade no processo de cidadania, o sistema educativo deve ajudar a criança a se identificar consigo mesmo e com o mundo, favorecendo deste modo a construção da identidade infantil.

Crer em uma concepção de criança como cidadã, com valores e atitudes

construídos no âmbito escolar, que leve em conta a heterogeneidade e diversidade real das crianças, a elaboração de uma Proposta Pedagógica específica, realizada de forma participativa, é fundamental para o êxito no trabalho educativo de qualidade ajudando-as a alcançar progressivos degraus de autonomia.

Pode-se concluir, que a construção e a implementação do PPP devem ser feitas coletivamente, não devendo ser discutido apenas pela equipe gestora, e sim através de um processo que haja a colaboração de toda comunidade escolar, pois ele deve ser a identidade da escola e o reflexo no dia a dia das práticas escolares.

Acredita-se que esta seja uma pesquisa preliminar que mereça ser pesquisada e estudada para ser relatada e favorecer ainda mais um maior entendimento das partes interessadas, principalmente o público infantil que tem muito a dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete & VANDENBROECK, Michel (orgs). *Educação infantil e diferença*. Campinas: Papirus, 2014.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases de 1961*. Lei n. 4024/61 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>. Acesso em: 25 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Parecer 02/98 e Resolução 01/99, Brasília, MEC/CNE/CEB.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Nacional Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Vol.1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARTAXO, Simone Regina Manosso. *Pressupostos da educação infantil*. Curitiba: InterSaber, 2013.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de & DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles. *Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica*. São Paulo: Scipione, 2007.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda & CARVALHO, Maria Cristina. *Educação infantil: formação e responsabilidade*. Campinas: Papyrus, 2016.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. *Educação Infantil: práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ZABALZA, Miguel A. *Qualidade em Educação Infantil*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.